

Fazenda ajudará SDE contra abuso

Clovis Ferreira/AE

Governo define medidas que poderá usar para conter aceleração da inflação

O Ministério da Fazenda vai oferecer sua estrutura à Secretaria de Direito Econômico para dar continuidade à ação governamental em relação aos preços. Em entrevista a Beatriz Abreu, o assessor especial do Ministério José Milton Dallari diz que nos últimos sete ou oito meses o setor privado se distanciou do governo, que agora retoma o diálogo com empresários e monta um arsenal de medidas para acompanhar os preços e localizar os aumentos abusivos. Mas insiste em que a aprovação do ajuste fiscal pelo Congresso é fundamental para o sucesso do Plano FHC2.

Estado — O sr. agora é o xerife dos preços?

Dallari — Imagina. Eu tenho experiência de governo e no setor privado. O ministro me convidou para fazer a ponte entre governo e setor privado.

Estado — Depois de duas semanas, qual sua avaliação? O governo foi surpreendido por uma aceleração generalizada dos preços?

Dallari — Estamos retomando a conversa com o setor privado. Nos últimos sete ou oito meses, o setor privado se distanciou do Ministério. Como a economia está liberada, ao longo desse período houve extrapolação do processo inflacionário. O que se busca é um acompanhamento de preços, o mais técnico possível.

Estado — Por que a inflação acelerou?

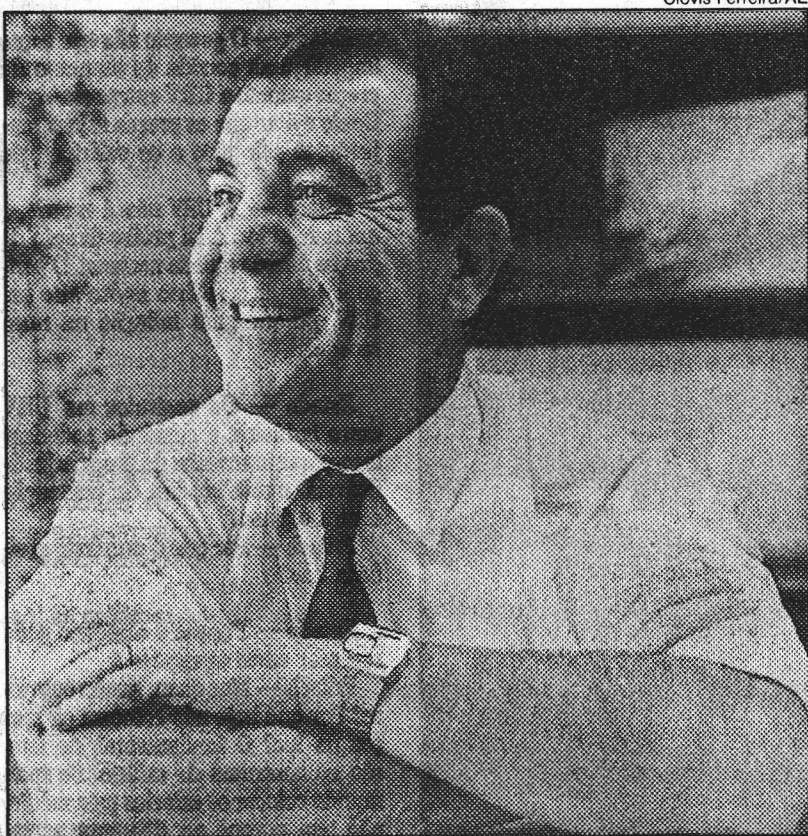
Dallari — Os preços foram aumentados em dois momentos. Um, imediatamente após a divulgação do plano. Outro, na última semana de dezembro, com o medo da adoção iminente da URV. Os empresários se anteciparam mesmo depois do ministro Cardoso dizer que a implantação da URV seria a médio e longo prazo, na segunda etapa do plano.

Estado — Mas foi o próprio ministro quem anunciou o novo índice.

Dallari — Foi dito que a adoção da URV seria opcional, de forma gradual. Mesmo assim, os setores, com medo permanente de plano, tentaram se precaver e reajustaram preços.

Estado — Os aumentos assustaram o governo?

Dallari — Na última semana de novembro os produtos industrializados sofreram aceleração. Os reajustes eram de 33,4%, passaram para 37%, depois 40%, depois 44%. Houve aceleração. Os produtos semi-elaborados estavam na faixa de 33% e passaram para 35%, 45%, 48% e 49%. Os produtos in natura: 48%, 49% e 54%. Despesas pessoais, de 23% saltaram para 26%, 29% e 43%, quase 100% de aceleração. Os artigos de limpeza 32%, 31%, 30% e depois para 38% e 36% e caíram. E caíram porque o consumidor não referendou.



Secretário José Milton Dallari: um trabalho de convencimento

Estado — E o item alimentação?

Dallari — Café e açúcar tiveram aumento de 35%. Os derivados de leite, 41%. O Pão Pullmann, 107%. Os biscoitos 56%, óleo 56%. A carne 36%, as massas 41%. Os legumes aumentaram 100% e verduras 108%, mas nesses casos não há o que fazer porque é o problema das chuvas. Os ovos aumentaram 65%, só que o preço do milho caiu... O papel higiênico subiu 68%, só em dezembro.

Estado — Como reverter esse comportamento?

Dallari — O governo vai ter uma conversa permanente com o setor privado. Será um trabalho de convencimento.

Estado — Tentar derrubar a inflação na conversa?

Dallari — O governo tem à sua disposição medidas legais. Vamos discutir a aplicação de toda a legislação sobre direito econômico existente e fazer valer a lei. A Sunab tem instrumento legal, forte, que permite atribuir multa por não cumprimento de determinadas decisões. Os empresários de-

vem entender que, apesar de a economia estar liberada, nós temos esses instrumentos.

Estado — O que está faltando para aplicar a legislação?

Dallari — Nós temos o arsenal. Talvez o que esteja faltando seja infra-estrutura à Secretaria de Direito Econômico. Vamos oferecer a estrutura do Ministério da Fazenda.

Estado — Mas a inflação nunca foi derrubada só com conversa...

Dallari — Tem razão. A inflação começa a ser derrubada se o ajuste fiscal for aprovado, mesmo com modificações. O déficit é a origem do foco inflacionário. Se aprovado o ajuste fiscal, certamente a inflação começa a balançar.

Estado — Como tornar mais ágil os processos da lei de defesa da livre concorrência?

Dallari — Estamos discutindo. Quero conhecer as limitações na atuação da Secretaria de Direito Econômico e Sunab. O processo tem uma cadência. Queremos saber que medidas imediatas, de curto prazo, podem ser adotadas quando se identifica um ato lesivo ao direito econômico.

Estado — Como conter o aumento abusivo por parte dos oligopólios?

Dallari — Nós temos as tarifas de importação. Eu já propus reduzir a alíquota de importação e importar manteiga. Por que não? Essa ação do governo será rápida.

Estado — Quais os setores que estão com preços abusivos?

Dallari — Há vários. Alimentos industrializados, higiene e limpeza, eletroeletrônico e petroquímica, para citar alguns.

Estado — O comércio e indústria estão fixando aumento de preço e concedendo descontos ao longo do mês. O governo tem como inibir isso?

Dallari — A indústria automobilística está fazendo isso. A economia está liberada. Mas vamos conversar com todo mundo.

Estado — O sr. tem carta branca do ministro?

Dallari — (ri) Nós traçamos metas de trabalho, como a de analisar os preços diretores da economia e analisar porque tiveram aumentos tão altos. Por exemplo, os preços do petróleo estão caindo no mercado internacional. Por que os dos derivados estão subindo no mercado interno? Já discutimos com a Petrobrás e estamos aguardando uma resposta da empresa. Sabemos que a conta petróleo é complicada.

Estado — Os preços públicos não vão aumentar acima da inflação?

Dallari — É. O governo está dizendo que vai tomar conta do seu quintal e não vai mais aumentar os preços acima da inflação. Com isso, estará dando o sinal para o setor pri-

vado de que é altamente interessante que acompanhe a mesma política.

Estado — O reajuste do preço e tarifa pública não vai ser o piso dos outros aumentos?

Dallari — Não necessariamente. Se for aprovado o ajuste fiscal, haverá melhores condições para combater a inflação. O que se quer é cortar a aceleração inflacionária.

Estado — O ministro diz que será fundamental, no momento da adoção da URV, que as tarifas e preços públicos não aumentem acima da inflação. É isso?

Dallari — As tarifas podem ficar abaixo da inflação, mas não será permitido criar déficit público. A Eletrobrás corrigiu as tarifas de energia elétrica bem acima da inflação. A Telebrás também corrigiu suas tarifas em cerca de 30% acima da inflação. Então existe um espaço suficiente para fazer um trabalho de aumento de produtividade no setor público para que se possa corrigir os preços abaixo dos níveis de inflação sem criar déficit público.

Estado — Caso o ministro Cardoso se desincompatibilize para concorrer às eleições seu sucessor deve manter o plano?

Dallari — Tem de continuar o trabalho que está sendo desenvolvido. Não pode chegar outro ministro e dizer agora acabou a coordenação de acompanhamento de preços.

Estado — Como está sendo coordenado o trabalho? Como fica a Sunab nessa estrutura de acompanhamento de preços?

Dallari — A Sunab está trabalhando em sintonia.

Estado — Existe um prazo para esse trabalho?

Dallari — Não. Vamos acompanhando os preços.

Estado — Todas as vezes que um preço acelerar o setor será chamado?

Dallari — É isso.

Estado — O governo agora está de olho nos preços?

Dallari — Agora vai ficar. Não estava.

Estado — Qual é a reação do setor privado à criação da URV?

Dallari — Estamos discutindo quais problemas poderão haver na adoção da URV. Os supermercados informatizados poderão se adaptar facilmente ao novo índice. O problema é para as lojas não informatizadas, porque fica difícil modificar o preço diariamente. Eu vou identificar os problemas, sentar com a equipe que concebeu o índice e aí vamos resolver. Os problemas de ordem técnica, de macroeconomia, serão resolvidos por nós.

Estado — A equipe avalia o melhor momento para a URV?

Dallari — O governo trabalha na primeira etapa do plano: a aprovação do ajuste fiscal. Eu trabalho na segunda. Estou avaliando todos os pontos. Alguns segmentos privados estão prontos para adotar o índice.

Estado — Quais setores?

Dallari — Estamos examinando.

**VOU FAZER
A PONTE
GOVERNO/
EMPRESAS**

**NÃO SERÁ
PERMITIDO
CRIAR DÉFICIT
PÚBLICO**